Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	22
10.8 - Plano de Negócios	23
10.9 - Outros fatores com influência relevante	24

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está exposta a vários riscos financeiros que são inerente ás suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às oscilações em taxas de juros e câmbio. Dentro destes riscos financeiros, destacam-se:

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 10% e para o cenário Remoto, em 20%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

			Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	Moeda	31/12/2012		Efeito		Efeito		Efeito
	Wiocua 31/12/2012			no		no		no
			Taxa	resultado	Taxa	resultado	Taxa	resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	3.175	2,00	(136)	2,20	499	2,40	1.134
Passivos								
Financiamentos	US\$	1.508	2,00	66	2,20	(236)	2,40	(538)
Efeito no resultado				(71)		263		596

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

			Cenário	provável Cenário		possível	Cenário remoto	
	Indexador	or 31/12/2012		Efeito		Efeito		Efeito
	пасласот			no		no		no
			Taxa a.a.	resultado	Taxa a.a.	resultado	Taxa a.a.	resultado
Aplicações Financeiras								
CDB's		922	11,50%	106	12,65%	117	13,80%	127
Financiamentos								
Capital de giro/Financ.	CDI	49.114	11,50%	(5.648)	12,65%	(6.213)	13,80%	(6.778)
Badesc	TJLP	5.499	6,25%	(344)	6,88%	(378)	7,50%	(412)
BNDES	TJLP	1.151	6,25%	(72)	6,88%	(79)	7,50%	(86)
Prodec	-	14.100	2,00%	(282)	2,00%	(282)	2,00%	(282)
Finep	-	2.593	5,00%	(130)	5,00%	(130)	5,00%	(130)
Efeito no resultado				(6.369)		(6.965)		(7.561)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de rating.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantêm sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

g) Derivativos

A Companhia, em novembro de 2010, contratou 16 operações de swaps (NDF - Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 194 mil, relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 875 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012 restam 8 operações que representa o montante de US\$ 51 mil (R\$ 232 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia contratou outras 16 operações de swaps (NDF - Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil com o mesmo objetivo citado no parágrafo anterior. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do período. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012 restam 11 operações que representa o montante de US\$ 463 mil (R\$ 2.377 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio;

Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de rating.

Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantêm sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Derivativos

A Companhia, em novembro de 2010, contratou 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 194 mil, relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 875 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012 restam 8 operações que

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

representa o montante de US\$ 51 mil (R\$ 232 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia contratou outras 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil com o mesmo objetivo citado no parágrafo anterior. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do período. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012 restam 11 operações que representa o montante de US\$ 463 mil (R\$ 2.377 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia executa o monitoramento constante de suas atividades e controles internos visando identificar possíveis riscos, bem como aplica testes de verificação nesses controles, testes esses efetuados pelas áreas e pela auditoria interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

No ultimo exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A produção de veículos no Brasil, no ano de 2012, apresentou uma queda de 1,9%, ficando aquém do esperado. Apesar da produção de carros de passeio e comerciais leves apresentarem pequena alta, o ano ficou marcado pela expressiva queda na fabricação de caminhão e ônibus. Este mercado sofreu com a antecipação de consumo dos modelos EURO 3 registrado no final de 2011 e, aliando-se aos problemas de abastecimento do combustível Arla 32 no início de 2012, a retração da economia e problemas pontuais na agricultura, provocaram uma queda de 40,5% na produção de caminhões e 25,4% na produção de ônibus no ano de 2012, em comparação aos volumes produzidos em 2011. Consequentemente, para a Companhia, esta performance do segmento impactou na queda de produção e vendas no decorrer do ano, prejudicando substancialmente o resultado do período.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgates de ações ou cotas: (i) hipótese de resgate; (ii) formula de calculo do valor de resgate.

Os anos de 2010 e 2011 apresentaram recuperação das atividades, porém, o ano de 2012 voltou a decrescer, comprometendo novamente a geração de caixa impedindo que a Cia reduzisse seus níveis de alavancagem. A partir de 2012 os níveis de atividades estão voltando ao normal, permitindo assim que a Cia reduza a alavancagem com a adequação da estrutura de capital.

Os subitens "(i)" e "(ii) do Formulário de Referência não se aplicam a Companhia.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Em 31/12/2012 a divida bancária da Companhia era de R\$ 72,46 milhões, contra R\$ 91,63 milhões em 2011. A distribuição da divida em 2012 ficou em 48,14% no curto prazo e 51,86% no longo prazo. O endividamento liquido em 2012, descontando-se os recebíveis e valores vinculados, foi de R\$ 30,94 milhões e o EBITDA do ano foi de R\$ 8,58 milhões, logo, a relação divida/EBITDA do ano foi de 3,61 contra 1,54 de 2011.

Quanto as perspectivas para 2013, a diretoria esta otimista quanto ao aumento do EBITDA, projetando um índice de 20,2% com relação a receita operacional liquida, fazendo com que a divida onerosa tenha significativa redução com relação ao índice de 2012.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas

Os recursos necessários para capital de giro e aplicação em ativos não-circulantes são gerados pela própria atividade operacional, como também, captados em instituições financeiras com as quais a companhia mantém negócios. As operações com instituições financeiras são provenientes de linhas de repasse BNDES, Leasing, FINEP e benefícios fiscais concedidos pelo estado de Santa Catarina, através do ICMS gerado mensalmente (PRODEC – Programa de Desenvolvimento das Empresas Catarinenses).

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Além das modalidades de créditos mencionadas no item anterior, a Companhia também dispõe de outras linhas de crédito ofertadas pelos bancos, dentre elas temos: ACC, ACE, CDC, CCB, Exim. A companhia também está exercendo esforços em busca de linhas de financiamento de longo prazo, que permitam o alongamento geral de seu perfil de endividamento, visando com isto uma melhor condição de caixa.

f) níveis de endividamento e as características de tais dividas:

(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Modalidade	Garantias	Juros mensal	31/12/2012	31/12/2011
Capital de Giro	Duplicata/Hipoteca /Trava	1,27%+CDI e 185% do CDI	43.737	51.656
ACC	Aval		1.289	2.347
Conta Garantida	Duplicata	2,06% +CDI	2.836	8.545
Empréstimo	Hipoteca	0,33% a 0,56% + TJLP	5.499	6.276
Finame/Finep	Alienação Fiduciária	0,21% a 0,41% + TJLP	3.744	6.016
Financiamentos	Alienação Fiduciária	1,72% a 1,90%	498	334
Leasing	Alienação Fiduciária	0,66% a 1,74%	326	1.090
Prodec		4% ao ano	14.100	14.726
Limite		2,7% a 9,4% ao ano	428	643
Total de emprés	stimos e financiame	ntos	72.457	91.633
Circulante			34.882	61.725
Não circulante			37.575	29.908
			0.1/10/0010	04/40/0044
Por data de ven	cimento		31/12/2012	31/12/2011
Em até 6 meses			23.097	51.573
De 6 meses a 1 a	ano		11.785	10.152
De 1 a 2 anos			12.969	11.198
De 2 a 3 anos			13.021	8.406
De 3 a 4 anos			6.264	6.414
Acima de 4 anos			5.321	3.890
Total de emprés	timos e financiame	ntos	72.457	91.633

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

(iii) grau de subordinação entre dividas

Não se aplica.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dividas, a distribuição de dividendos, à alienação de ativos, a emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário Eventuais.

Não há restrições impostas ao emissor.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

Descrição das Principais Contas da Demonstração de Resultado

No exercício de 2012 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 109,373 milhões, contra R\$ 143,152 milhões em 2011, apresentando, portanto, uma redução de 23,60%. As vendas internas atingiram 93,760 milhões, o que representou 85,72% da ROL, reduzindo 24,29% em relação a 2011. As vendas externas totalizaram 15,613 milhões, atingindo 14,28% da ROL, importando numa queda de 19,15%, comparado ao desempenho de 2011. O resultado líquido da Companhia ficou negativo em R\$ 15,549 milhões, representando 14,22% da ROL. Em 2011 a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 2,919 milhões, equivalente a 2,04% da ROL.

No exercício de 2012, a geração operacional de caixa EBITDA em conformidade com Ofício Circular 01/07 definida pela CVM, atingiu R\$ 8,579 milhões, representando 7,84% da receita operacional liquida do ano, ficando 10,39 pontos percentuais abaixo da margem gerada em 2011.

Informamos também, que em 2012 a companhia gerou valor adicionado de R\$ 82,469 milhões, que corresponde a 75,40% da receita operacional líquida.

PÁGINA: 10 de 24

Em R\$ Mil

	01/01/2012	01/01/2011		01/01/2010	
Descrição	à	à	АН	à	АН
	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2010	
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	109.373	143.152	-23,60%	119.325	-8,34%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(87.579)	(107.979)	-18,89%	(90.894)	-3,65%
Resultado Bruto	21.794	35.173	-38,04%	28.431	-23,34%
Despesas/Receitas Operacionais	(19.694)	(15.679)	25,61%	(13.178)	49,45%
Despesas com Vendas	(12.250)	(12.148)	0,84%	(10.333)	18,55%
Despesas Gerais e Administrativas	(9.744)	(6.937)	40,46%	(7.497)	29,97%
Outras Receitas Operacionais	2.300	3.406	-32,47%	4.652	-50,56%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.100	19.494	-89,23%	15.253	-86,23%
Resultado Financeiro	(25.079)	(24.970)	0,44%	(20.666)	21,35%
Receitas Financeiras	3.389	5.402	-37,26%	4.095	-17,24%
Despesas Financeiras	(28.468)	(30.372)	-6,27%	(24.761)	14,97%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(22.979)	(5.476)	319,63%	(5.413)	324,52%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.430	2.557	190,57%	149	4886,58%
Diferido	7.430	2.557	190,57%	149	4886,58%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(15.549)	(2.919)	432,68%	(5.264)	195,38%
Lucro/Prejuízo do Período	(15.549)	(2.919)	432,68%	(5.264)	195,38%

Principais alterações nas contas patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011/2010

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou redução de 19,96% (R\$ 11,612 milhões) em 2012, comparativamente a 2011, destacando-se as contas a receber e aplicações financeiras que juntas diminuíram o ativo circulante em R\$ 9,930 milhões. Esta redução foi motivada pela redução da atividade operacional da companhia, em face do baixo nível de atividade do segmento automotivo, linha pesada, no ano de 2012.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante apresentou uma redução de 0,87% (R\$ 1,185 milhões), tendo como influencia a depreciação do período que foi mais elevada que os investimentos realizados no ano. Ressalta-se, também, que em função do fraco desempenho econômico do setor, não houve necessidade de maiores volumes de investimentos.

PÁGINA: 12 de 24

Em R\$ Mil

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	АН	31/12/2010	АН
Ativo Total	182.120	194.917	-6,57%	184.537	-1,31%
Ativo Circulante	46.562	58.174	-19,96%	47.662	-2,31%
Caixa e Equivalentes de Caixa	82	448	-81,70%	47	74,47%
Aplicações Financeiras	41	5.660	-99,28%	5.250	-99,22%
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	41	5.660	-99,28%	5.250	-99,22%
Títulos para Negociação	41	5.660	-99,28%	5.250	-99,22%
Contas a Receber	19.500	23.811	-18,11%	17.537	11,19%
Clientes	19.500	23.811	-18,11%	17.537	11,19%
Estoques	21.375	21.542	-0,78%	19.583	9,15%
Tributos a Recuperar	3.875	4.737	-18,20%	4.214	-8,04%
Despesas Antecipadas	105	147	-28,57%	80	31,25%
Outros Ativos Circulantes	1.584	1.829	-13,40%	951	66,56%
Outros	1.584	1.829	-13,40%	951	66,56%
Ativo Não Circulante	135.558	136.743	-0,87%	136.875	-0,96%
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.641	2.825	-6,51%	2.654	-0,49%
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	881	964	-8,61%	96	817,71 %
Outros Ativos Não Circulantes	1.760	1.861	-5,43%	2.558	-31,20%
Imposto a Recuperar	112	377	-70,29%	765	-85,36%
Depósitos Judiciais	337	183	84,15%	164	105,49 %
Outros Créditos	1.311	1.301	0,77%	1.629	-19,52%
Investimentos	13.817	13.817	0,00%	12.698	8,81%
Participações Societárias	139	139	0,00%	110	26,36%
Outras Participações Societárias	139	139	0,00%	110	26,36%
Propriedades para Investimento	13.678	13.678	0,00%	12.588	8,66%
Imobilizado	118.783	119.747	-0,81%	121.259	-2,04%
Imobilizado em Operação	118.783	119.747	-0,81%	121.259	-2,04%
Intangível	317	354	-10,45%	264	20,08%

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Passivo Circulante

O passivo circulante teve um incremento de 2,90% (R\$ 3,40 milhões) em 2012, em comparação a 2011. Este aumento pode ser atribuído a redução da atividade operacional.

Passivo não Circulante

O passivo não-circulante apresentou um decréscimo de 1,17% (R\$ 0,652 milhões), sendo isto atribuído a liquidação normal dos compromissos da companhia.

Patrimônio Liquido

O patrimônio liquido em 2012, ficou em R\$ 6,457 milhões, contra 22,006 milhões em 2011, decorrente dos prejuízos registrados no exercício de 2011.

Em R\$ Mil

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	АН	31/12/2010	AH
Passivo Total	182.120	194.917	-6,57%	184.537	-1,31%
Passivo Circulante	120.755	117.351	2,90%	82.702	46,01%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.395	22.076	51,27%	16.061	107,93%
Fornecedores	17.416	16.500	5,55%	12.740	36,70%
Obrigações Fiscais	32.642	15.771	106,97%	9.968	227,47%
Empréstimos e Financiamentos	34.882	61.725	-43,49%	42.566	-18,05%
Outras Obrigações	2.420	1.279	89,21%	1.367	77,03%
Passivo Não Circulante	54.908	55.560	-1,17%	76.911	-28,61%
Empréstimos e Financiamentos	37.575	29.908	25,64%	53.691	-30,02%
Outras Obrigações	12.459	15.142	-17,72%	10.283	21,16%
Outros	12.459	15.142	-17,72%	10.283	21,16%
Parcelamento de Tributos	12.459	15.142	-17,72%	10.283	21,16%
Tributos Diferidos	1.225	8.655	-85,85%	11.212	-89,07%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.225	8.655	-85,85%	11.212	-89,07%
Provisões	3.649	1.855	96,71%	1.725	111,54%
Patrimônio Líquido	6.457	22.006	-70,66%	24.924	-74,09%
Capital Social Realizado	9.214	9.214	0,00%	9.214	0,00%
Reservas de Reavaliação	1.282	1.501	-14,59%	1.689	-24,10%
Lucros/Prejuízos Acumulados	(38.856)	(24.702)	57,30%	(23.358)	66,35%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	34.817	35.993	-3,27%	37.379	-6,85%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Depois de um ano de ótima performance ocorrido em 2011, o setor automotivo, segmento de pesados, registrou em 2012 um fraco desempenho, desta vez em função das mudanças tecnológicas dos motores diesel, levando a uma queda na produção de 40% com relação a 2011. Este fator teve como impacto na Cia, uma redução no faturamento total de 21,71% em comparação a 2011.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional foi afetado negativamente pelas mudanças tecnológicas nos motores diesel (EURO 3 para EURO 5), que, aliando-se aos elevados estoques das montadoras no final de 2011 e os problemas de abastecimento do combustível ARLA 32 no inicio de 2012, motivaram a redução da produção do segmento em 40%, contribuindo para a queda no resultado operacional da Cia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

A variação negativa da receita atribui-se essencialmente a queda da atividade do setor automotivo, segmento de pesados, no ano de 2012.

c) Impacto da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

A inflação e a variação de preços não foram significativas no período em referencia.

Quanto aos efeitos do câmbio, vide item acima 10.2 "a" (ii).

PÁGINA: 16 de 24

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação	de segmento	operacional
Não se aplica.		

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não houve mudanças.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações:

Ênfase

Nível de endividamento

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 15.549 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 74.193 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores e a realização de seus impostos diferidos. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, consequentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa 1.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

<u>Avaliação do valor justo das propriedades para investimento</u>

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2012. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos,
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) constituição de provisão para perdas nos estoques;
- e) análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.
- f) avaliação das Propriedades para Investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A administração empreendeu todos os esforços para apresentar adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado e todas as demais publicações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em acordo com a legislação pertinente, incluindo as normas da CVM.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não foram relatadas deficiências.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

A Companhia não efetuou distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia divulgou as suas demonstrações financeiras em abril de 2013 já incluindo as informações relevantes até aquela data. Até a presente data não há outros itens relevantes a serem informados.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há itens relevantes não evidenciados.